

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A LUTA DAS MULHERES OPERÁRIAS DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS (1974-1975)

Pamela Peres Cabreira
Mestra e Doutoranda em História
Universidade Nova de Lisboa
E-mail: cabreiraperes@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir e problematizar o papel histórico de mulheres trabalhadoras durante o Período Revolucionário Português (1974-1975). Com a ruptura advinda a partir do 25 de Abril de 1974, o país deixou para trás 48 anos de ditadura de cunho fascista e abriu novos horizontes de possibilidades no campo social, político e econômico. Ao sair de um longo período de repressão e de subjugação do feminino, o período revolucionário proporcionou reivindicações no campo laboral, da educação, saúde, direito à moradia, à reforma agrária, e as mulheres estiveram presentes em todos estes processos. Buscarei, através do estudo de operárias do setor têxtil, nas empresas Sogantal, Charminha e Naturana, elucidar a importância da luta de mulheres trabalhadoras para as conquistas democráticas que se seguiram com a Constituição de 1976. Metodologicamente, analisarei jornais da própria empresa, bem como os jornais *Avante!*, *Combate* e *Revolução* - dentre outros -, documentos oficiais e entrevistas realizadas a ex-operárias.

Palavras-Chave: Período Revolucionário Português; Mulheres Trabalhadoras; Sogantal.

“Há um ano que lutamos por uma causa que é justa
O que nós reivindicamos, ao nosso patrão não custa
O salário não nos pagaram por baixa de produção
Dar à sola eles pensaram sem nos darem um tostão
Daqui ninguém nos tira
Daqui ninguém arreda
Se o patrão aqui vier corremos com ele á pedra”¹

Introdução

Em maio de 1912, em um comício das mulheres social-democratas na Alemanha, Rosa Luxemburgo remonta à questão levantada por Emma Ihrer: por que se ouve tão pouco sobre o movimento das mulheres trabalhadoras? Apesar do aumento entre

¹ “Cantiga das Operárias da Sogantal”, texto em fotografia, arquivo pessoal da autora.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres organizadas em sindicatos e na luta proletária ou das que aderiram à bandeira social-democrata na reivindicação sufragista, ainda assim este foi um tema marginalizado pela história e pelos historiadores ao longo das décadas seguintes. Apenas com a ebulição da História Social (e neste campo muito influenciado pela “segunda onda” das contestações feministas) este leque analítico entra em cena na historiografia. É a esta parcela do tecido social que me debruço, o da mulher trabalhadora, suas lutas, conquistas e as dinâmicas que até aos dias atuais imperam no “lugar social” das mulheres e suas representações².

A relação entre trabalho e gênero é primordial se atentarmos para a afirmativa que uma operária, simplesmente não é um operário. Suas condições sociais de vida e raízes históricas sobre a inserção no mundo do trabalho são distintas. Desde logo, acato esta predisposição, de que “a classe operária tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 1996), ou seja, das características não partilhadas por estes dois grupos: maternidade, amamentação, trabalho doméstico – percebendo que esta ainda não é uma atividade socializada ou sequer percebida como “reprodução social” ou trabalho reprodutivo –, cuidados familiares, ciclos menstruais etc.

A forma organizativa da estrutura social está inevitavelmente ligada ao trabalho. Se remontarmos aos períodos classificados anteriormente à contemporaneidade nos confrontaremos com dinâmicas específicas de acordo com a maneira de se compreender e se “hierarquizar” os meios de produção (seja ele manual ou mecânico) e o próprio trabalho. No sistema capitalista não é diferente. Aliás, esta relação destaca-se como base em seu fundamento primordial. O trabalho torna-se, neste processo, subordinado ao capital, sendo “um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 1996). No processo de industrialização, as mulheres tornaram-se subjugadas aos baixos salários pelas baixas qualificações – dado o processo histórico da organização familiar -, a entrada no mercado de trabalho de forma inconstante e reduzidas às condições mais precárias do desemprego estrutural sem retirar as obrigatoriedades do trabalho de reprodução social imputado às mulheres de famílias proletárias.

² Este artigo toma por base artigos e ensaios publicados anteriormente em: CABREIRA (2019); CABREIRA (2021).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dadas estas observações, gostaria de adentrar brevemente no caso das operárias que lutaram e resistiram em busca de melhores condições de trabalho e muitas vezes pela própria utopia da sociedade socialista portuguesa no período pós revolução. A epígrafe que inicia este texto é a cantiga das operárias da Sogantal, uma empresa que foi ocupada e posta em autogestão por mulheres durante o período revolucionário português. Foi apenas uma das muitas ferramentas utilizadas por estas mulheres para propagarem sua luta e dialogar com demais trabalhadoras e trabalhadores que também combatiam o desemprego, a precariedade e a busca por condições dignas de vida durante estes dezenove meses de “ebulição”. A ocupação e autogestão desta fábrica é emblemática, tendo sido a primeira empresa da cintura industrial de Lisboa a adotar esta forma de resistência, além de ter sido toda composta por mulheres trabalhadoras. Saltando entre o enfrentamento ao patronato, caderno reivindicativo, inúmeras idas e estabelecimento de diálogo no Ministério do Trabalho, até à autogestão e manutenção da produção, vendas por elas mesmas, peças de teatro e eventos políticos para se angariar fundos: essas mulheres resistiram; ousaram; marcaram uma época e uma história que permanece secundarizada até os dias de hoje.

A intensificação da luta neste período produziu alterações no *status quo*, atestando que a luta de trabalhadoras/es por mudanças nas suas condições de vida traduz-se num “inquestionável protagonismo político”, o “mais poderoso movimento social organizado” do século XX, sendo “em grande medida a história do confronto, em algumas décadas sob a forma da disjuntiva revolução/contrarrevolução, entre o proletariado e seus aliados e a preservação da ordem capitalista” (ARCARY, 2000, p. 147-148). Em Portugal durante o período revolucionário, nos diversos campos de lutas sociais “as intervenções do Estado nas empresas e até exigências de nacionalização, começaram por ser basicamente lutas de trabalhadores pelo direito ao trabalho, de resposta aos despedimentos, encerramento de empresas e *lock-out* dos patrões” (MASCARENHAS, 1997, p. 40), uma clara representação deste conflito constante na luta entre classes sociais.

Como sublinha Ana Barradas (1998, p. 7), “sendo a historiografia essencialmente tecida em volta dos feitos dos dominadores, as obras de referência que circulam, limitam-se a consagrar as figuras femininas ‘politicamente correctas’, complementares da ação dos homens”, e, acrescento: tem se preocupado muito pouco

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com a mulher da classe trabalhadora, em sua luta cotidiana nas reivindicações que nos parecem as mais simples, de “trabalho igual salário igual” à institucionalização da violência doméstica enquanto crime, ou mesmo da problematização em torno do corpo da mulher enquanto mercadoria ou à concretização do trabalho reprodutivo enquanto *trabalho*.

Para adentrarmos em exemplos de lutas operárias de mulheres durante o período revolucionário português (também conhecido vulgarmente como Processo Revolucionário em Curso - PREC), penso ser importante destacar como eram as condições de vida nos diferentes estratos sociais durante o período da ditadura; um contraste para compreender as diferenças e as necessidades destas mulheres que se rebelaram. Uma ressalva importante é destacada por Tereza Pizarro Beleza (2015, p. 11), contrariando o que muitas vezes na historiografia encontramos de maneira homogeneizada.

A ‘Mulher no Estado Novo’ não existe. Existiam mulheres de muito diferente condição económica, social, cultural e até sexual. Entre uma camponesa, uma empregada doméstica, uma operária, uma intelectual, uma prostituta e uma senhora mulher de um ministro do Governo de Salazar – que ministras não havia, e o estatuto feminino se definia também pelo casamento, o que ainda hoje será razoavelmente verdade, em muitos casos... – 1 as diferenças eram abissais. Em comum teriam apenas as limitações à sua capacidade que lhes eram impostas antes do mais pela Lei, mas também em larga medida pelos hábitos e convicções sociais dominantes, pelos quadros ideológicos que informavam o regime vigente e pela prática política e social do mesmo regime.

Levando a cabo o ideal de uma sociedade conservadora nos moldes burgueses, com os pilares da família e da igreja Católica como sustentáculos, os papéis da mulher trabalhadora e da burguesa estavam em esferas diferentes. À mulher burguesa o casamento e a fidelidade ao marido e à fé eram indispensáveis, o espaço familiar era o seu “habitat”. Um ditado português ilustra esse infeliz cenário: “Lá em casa manda ela, nela mando eu”. Apesar de legalmente estarem indistintas, a mulher trabalhadora enfrentava outra realidade: a da lida doméstica, o cuidado dos filhos e muitas vezes o trabalho assalariado somado aos abusos a que era acometidas pelos patrões. Percebe-se, portanto, a construção de um ideal de mulher submissa, doméstica e obediente, passando longe do espaço público, a não ser, claro, a mulher trabalhadora que centrava um redemoinho de contradições neste carácter da mulher ideal. A Constituição de 1933

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

acordou o princípio de Igualdade entre cidadãos perante a Lei, com importantes exceções, inclusive sobre as mulheres. Explicitam que

A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforma a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas (PORTUGAL, 1933).

Durante o regime *salazarista*, a mulher tinha um salário em torno 40% menor que um homem (essa média é abissal até os dias atuais, rondando a desigualdade salarial em 16% em funções idênticas). Até 1969, a mulher portuguesa não podia viajar sem a autorização do marido, expressa em assinatura em seu passaporte. Ao marido era liberada a abertura de correspondências da esposa, bem como a mulher era livre de assinar um contrato de trabalho por livre espontânea vontade, mas seu marido tinha o direito em revogá-lo e, pior, ainda podia receber o ordenado da esposa diretamente junto ao patronato.

Em 1940 é revogada a proibição do casamento às telefonistas, enquanto apenas em 1973 as enfermeiras e professoras primárias conquistam este direito, onde até então só podiam casar se o rendimento do marido fosse superior ao seu. Em caso de flagrante adultério era aceitável matar a esposa, condenado o marido no máximo a permanecer meses fora da comarca onde se cometeu o crime e, além disso, a mulher podia ser repudiada pelo esposo se não fosse virgem. O divórcio foi proibido a partir de um acordo com a igreja Católica na Concordata de 1944, onde todas as crianças nascidas de uma nova relação eram consideradas ilegítimas. À mãe cabia duas alternativas: registrar a criança com o nome do marido anterior ou que ficasse em registro “mãe incógnita”, nenhuma opção para o nome do efetivo pai e marido; o divórcio só seria legal em 1975. Os votos só seriam possíveis em 1969 e apenas para a Assembleia Nacional; sufrágio universal apenas após o 25 de Abril.

Após 48 anos de repressão, autoritarismo e um intenso processo de construção social sobre o papel da mulher, permeado por diversos processos de resistência, a ruptura advinda com o 25 de Abril de 1974 será marcado por mobilizações em vários campos, e muitos deles protagonizados por mulheres. Buscarei a seguir apontar alguns destes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

processos, mas com um foco específico: a luta das mulheres operárias em três fábricas têxteis.

“Quanto mais unidas estivermos, mais fracos são os capitalistas”:³ as operárias da Sogantal, Charminha e Naturana

Prevalecente no setor têxtil, da cortiçaria, conservas e produção de pequenas peças, as mulheres foram inseridas massivamente no campo produtivo material sobretudo após os anos 1960, quando rompem as guerras de libertação em África, nas colônias portuguesas. Este evento histórico irá causar uma constante migração interna dos campos para as cidades, somado ao decaimento da mão de obra masculina que irá compor amplamente as fileiras do exército. Mais uma vez as mulheres são inseridas economicamente apenas quando o interesse é das classes dominantes. O trabalho não qualificado acaba por resultar no baixo preço da mão de obra e na precariedade trabalhista, realidade intrínseca ainda somada ao trabalho doméstico e de cuidados.

Com a ruptura proporcionada após o 25 de Abril, as mulheres ocuparam importantes espaços de luta e resistência. O papel histórico das mulheres na luta pela democracia em Portugal foi indispensável para as conquistas que se seguiram. A radicalização nas ocupações de casa e luta por moradia; a formação de grupos autônomos de alfabetização e lutas pelo ensino; as brigadas de saúde itinerante e na posterior conquista do Sistema Nacional de Saúde; na reforma agrária e formação de cooperativas de produção agrícola e, claro, no seio do movimento operário com greves, paralisações e até mesmo ocupações de fábricas e autogestão (CABREIRA, 2020).

A luta reivindicativa em várias fábricas com mão de obra feminina estende-se de norte a sul do país. Alguns casos são emblemáticos pela fuga dos patrões – receando as manifestações e lutas populares como uma possibilidade de instauração de um regime socialista -, como a Sogantal, Charminha e Naturana, que passaram da ocupação para autogestão das fábricas, num extremo processo de embate com o patronato e com o sistema ainda falho da justiça trabalhista, lutas estas que buscarei enfatizar, pela

³ A VOZ DO TRABALHADOR, “Solidariedade com a Naturana em luta”, n.9, setembro de 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

importância que tiveram no cenário nacional e pela representatividade do papel das mulheres nas lutas e conquistas dentro do seio do movimento de trabalhadores.

Ressalto que devido ao baixo valor da mão-de-obra em Portugal, pela falta de aparato legal pelo Estado sobre as relações patronais, da superexploração a que o regime fascista submeteu trabalhadores e trabalhadoras, a inserção do capital estrangeiro era compensadora no país. Além das muitas aproximações, estas três fábricas partilham serem providas de capitais estrangeiros, onde traziam as matérias primas, fabricavam peças a baixo custo, exportavam para seus países de origem e depois exportavam para Portugal e para outros países com preços finais elevados. Ainda assim, havia lucro.

A Sogantal, localizada no concelho do Montijo, Margem Sul de Lisboa, contava com 48 operárias entre os 13 e 24 anos, produziam “fatos de treino” (roupas desportivas), com capital da multinacional francesa Lamont, ficaram marcadas por terem sido a primeira fábrica a ser ocupada, já em maio de 74, pouco mais de um mês após o início do processo revolucionário. A luta desta empresa circulou em jornais conservadores à extrema esquerda, foram protagonistas de uma nova face da mulher enquanto indivíduos modificadores das condições sociais. Participaram em comícios, apresentaram peças teatrais, escreveram poesia. O lado lúdico e criativo nas lutas das operárias durante o PREC é um sublinhado das particularidades não só nas diferenças de gênero, ou seja, na construção sociais de papéis atribuídos, mas também por características tão singulares sobre a concepção do que importava a estas mulheres. E para elas importou, para além da forma de resistir enquadrada pelo movimento operário, demonstrar uma face recreativa, criativa e interacional com as demais personagens destes dezoito meses de processo revolucionário.

“A diretora é uma nazi”, e diz que “os soutiens ali fabricados são bons demais para serem vendidos em Portugal”⁴, relatam as operárias da Naturana. Nesta fábrica, com cerca de 70 operárias na zona de Cacém, fizeram greve no mês de maio e junho, e, após terem entrado em férias coletivas, foram informadas de que a fábrica estaria encerrada e, portanto, despedidas. A direção da fábrica retira todo o material para uma outra fábrica de confecções, a Unitex, também de capital e gerência alemã. Quando as operárias da Naturana descobrem o ocorrido, fazem piquetes em frente à Unitex e com a ajuda destas

⁴ A VOZ DO TRABALHADOR, “Solidariedade com a Naturana em luta”, n.9, setembro de 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

operárias e à “solidariedade de um camionista vizinho”, levam todo o material de volta ao espaço fabril da Naturana. Contudo, a gerente da fábrica, antes de retirar os materiais, retirou também os reguladores das máquinas, o que impossibilitou a continuidade de produção e autogestão nesta fábrica. História semelhante na Sogantal, quando o diretor francês “junto de 12 mercenários”⁵ tenta retirar o material da fábrica; as trabalhadoras são alertadas por um vizinho e passa-se uma cena que será relatada em vários meios de comunicação, pois houve confronto físico, polícia, Guarda Nacional. Por fim conseguem impedir o levantamento da maior parte dos materiais e então se inicia a ocupação. Importa destacar a rapidez e fluidez com que estes enfrentamentos ocorreram, poucas semanas após a ruptura revolucionária.

Já a Charminha localizava-se na zona periférica de Lisboa, na Pontinha, produzia vestuário diverso e viram-se sem salários desde maio de 74, quando o patrão austríaco as deixou com um cheque sem fundo, cartas de demissão e saiu de Portugal. A fábrica era constituída por cerca de 90 jovens operárias e que ocupam a fábrica em 24 de maio de 74 (junto de parte do pessoal de escritório, em torno de 10 trabalhadores e trabalhadoras) e tal como a Sogantal, buscaram “fabricar o produto e organizar a sua venda no sentido de arranjam dinheiro para pagar os salários e ordenados a todos os trabalhadores da empresa”⁶. Estas vendas eram realizadas em comícios, portas de outras empresas, nas cantinas de Ciências e da Cidade Universitária e outros locais a que suas lutas eram reconhecidas. “Nós não tínhamos nem teoria, nem prática e eu acho que, às vezes, é a prática que faz teoria. Nós, aqui, nenhuma tinha prática daquilo que fez, e a coisa surgiu e de facto conseguimos avançar”⁷, relata uma operária da Charminha sobre as vendas dos produtos por elas fabricado. As trabalhadoras da Naturana afirmam que começaram “[...] por vender o produto do nosso trabalho e quando este acabar, vendemos as máquinas, não podemos é ficar sem ser pagas e sem direito ao trabalho”. Em um processo já conhecido de solidariedade entre várias empresas, estas continuam que “se for preciso, juntamo-nos

⁵ ARQUIVO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

⁶ REVOLUÇÃO, “Charminha: fabricamos e vendemos”. n.9, 26 de junho de 1974.

⁷ A VOZ DO TRABALHADOR, “Mesa-Redonda com operárias da Charminha”, n.8., agosto de 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

todas, com as outras fábricas, e vamos para a rua gritar pela nossa classe operária, pelo nosso trabalho. Um dia serão os trabalhadores a fazer as leis que as defendam”.⁸

A semelhança destas três empresas levou-as a constituírem conversas públicas em conjunto, apontando as dificuldades e reivindicações das fábricas; em 20 de setembro o jornal *Combate*⁹ organiza uma mesa redonda entre Sogantal e Charminha, com trocas de experiências, relatos, conselhos. Este jornal, por não ser partidário e de com um viés anarquista, propunha entrevistas e mesas de diálogo com os próprios trabalhadores e cobertura na íntegra, o que nos permite uma análise diferenciada sobre os processos históricos ali condicionados.

Sobre os sindicatos, há diversas denúncias em comum sobre como estes só estavam presentes quando de interesse de propaganda ou mesmo de notificar as lutas, mas não contribuir ativamente; ou “[...] quanto a acompanhar a evolução da luta, a informar acerca do papel do ministério do trabalho e de levar a população a aderir, com isso não se preocuparam os jornais burgueses”¹⁰. Também é patente a falta de tomada de decisões por parte do Ministério do Trabalho, já integrado pelas indicações da Junta de Salvação Nacional, apesar de receber e dialogar em momentos pontuais com as operárias, não levaram à frente suas reivindicações. É de se destacar o corrente pedido de nacionalização destas fábricas, o que nunca aconteceu. Entoam as operárias da Charminha sobre a situação do país em outubro de 74,

Diz-se que o país vive uma grande instabilidade porque o fascismo pode voltar, que é preciso defender as liberdades democráticas. Mas o que não se diz é que a instabilidade para os trabalhadores são o encerramento das fábricas, são os despedimentos são a alta de preços, e que essa instabilidade agravar-se-á enquanto se mantiver o domínio do capital.

E como sempre será à custa do suor do povo que os capitalistas, os industriais e os agrários, hão-de querer superar esta crise. É o povo quem passa fome com a subida de preços, é o povo que fica sem trabalho depois dos despedimentos em massa. E como se isto não bastasse, ainda multiplicam os partidos burgueses os apelos aos “domingos de trabalho” os “não à greve” dizendo que só assim se salvará a “economia Nacional”. Só não dizem que esta economia é a economia capitalista que permite a alguns viverem à custa do trabalho da maioria, e que as crises do capitalismo não terão fim por o povo trabalhar mais, mas a única maneira de lhes pôr termo é destruindo o capitalismo.¹¹

⁸ A VOZ DO TRABALHADOR, “Solidariedade com a Naturana em luta”, n.9, setembro de 1974.

⁹ COMBATE, “Mesa-Redonda Sogantal e Charminha. Parte I”, ano I, n.7, 27/09 a 3/10/1974.

¹⁰ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. “Das Operárias da Charminha à população”. Boletim. Pasta “Lutas Operárias”. Coimbra.

¹¹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. “Das Operárias da Charminha à população”. Boletim. Pasta “Lutas Operárias”. Coimbra.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A possibilidade de manifestação, de expressão, de reivindicar justiça face à exploração sofrida há muito, é latente nestas lutas operárias. Em entrevista ao jornal *A Voz do Trabalhador*, as trabalhadoras da Charminha determinam suas convicções sobre a especificidade de serem mulheres. Ter consciência disso é-nos um apontador importante. “De facto, as mulheres têm tido até hoje as mesmas responsabilidades que os homens, até mais, por exemplo, na vida caseira, e têm sido muito mais mal pagas. As mulheres deveriam ser igualadas ao homem”, ou, ainda, “até agora, as pessoas viviam num total desconhecimento do que é a política. Deveria haver uma maior informação... concordo que a mulher deve tomar parte activa na vida política do país”.¹² No caso da Sogantal, há ainda um maior relato sobre a vida doméstica, onde apontam pela primeira vez poderem “dormir fora de casa, fumar um cigarro e fazer o que apetecia-nos”.¹³ Os relatos sobre a divisão das tarefas domésticas também são correntes, bem como os divórcios que começam a aparecer em meados de 1975. Os enfrentamentos e divergências, como é claro, também são assumidos. Uma operária da Charminha, em resposta à pergunta de quais lições tiravam da ocupação, diz que “tirámos lições em todos os níveis, de tudo um bocadinho: em amizades, inimizades, até política. Discutimos sobre a mulher portuguesa a nível político e tudo o que lhe diz respeito, por exemplo: a posição de alguns maridos que não vêm bem as mulheres passarem cá as noites em piquetes a ocuparem a fábrica etc.”¹⁴

Na Sogantal, as trabalhadoras decidiram apresentar a proposta às duas encarregadas de sessão de que poderiam ficar, desde que com os mesmos trabalhos e as mesmas remunerações. As trabalhadoras da Charminha encontravam-se mais divididas pois as trabalhadoras dos escritórios ficaram encarregues de serem as delegadas, o que gerou uma divisão entre as requisições e necessidades. Uma delas relata que “nós trabalhadores devemos ser um só e não haver divisões, quer seja escritório ou produção. Por isso, temo-nos voltado quando isso não acontece. Por exemplo, quando cá vêm os jornais para nos entrevistarem, elas (do escritório) é que querem manobrar”.¹⁵ Este caso

¹² A VOZ DO TRABALHADOR, “Mesa-Redonda com operárias da Charminha”, n.8, agosto de 1974.

¹³ Entrevista com três ex-operárias da Sogantal (*nomes em sigilo*) cedida à autora em novembro de 2018, Montijo, Portugal.

¹⁴ JORNAL DO CENTRO, “Entrevista com operários da Charminha”, n.61, outubro de 1974.

¹⁵ JORNAL DO CENTRO, “Entrevista com operários da Charminha”, n.61, outubro de 1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resultou em uma fratura, quando as trabalhadoras do escritório sacaram o valor que havia “em caixa” e “sumiram”, após as operárias imporem a igualdade salarial a todas. É interessante que estes desdobramentos tenham acontecido após a já citada mesa redonda com as operárias da Sogantal que na altura insistiram para que as camaradas da Charminha tomassem de fato as rédeas da ocupação. Indagam:

S(Sogantal) – Vocês reconhecem que estão a ser exploradas por elas, mas estão sem fazer nada. E continuam limitadas ao que elas querem. Se elas chegarem agora aqui e vos mandarem trabalhar, vocês trabalham, não?

CH(Charminha) – Quando há uma reunião, ou uma conferência, ou os fotógrafos é sempre tudo lá em cima, e elas dizem lá só o que querem e o pessoal aqui nunca pode abrir a boca [...]

S(Sogantal) Mas vocês deviam ter dito (à delegada) para contarem às outras, porque a delegada sindical é o mesmo que as operárias de cá. Aqui não há afinidades. Lá na minha fábrica a delegada é uma operária vulgar. Nós ocupámos as instalações do escritório. Vocês ainda estão a tempo de as mandar para a rua

[...]

- Esta menina é do escritório, veio agora da venda.

- Quanto é que deu hoje a venda?

Sete contos.

- Então já dá para pagar a dois de cá de baixo, ou para um lá de cima, para alguns até nem chega...

(S) – Nós o que já vimos aqui está claro. *Estão mesmo a ser exploradas, diga-se (Grifo meu).*¹⁶

Em setembro de 1974, as operárias das três empresas, Charminha, Sogantal e Naturana encontraram-se para fazer pressão ao Ministério do Trabalho sobre as medidas a serem adotadas em relação ao fecho das fábricas e ao desemprego. Ora, a autogestão em democracia representativa nos moldes do capitalismo não serve a longo prazo para a luta dos trabalhadores; as reivindicações circulavam muito pela queda do sistema e por uma “democracia dos trabalhadores”. Na dinâmica da autogestão, não conseguiam comprar matéria prima ou créditos para escoar os produtos, por exemplo. Foram sobrevivendo enquanto havia estoque nas fábricas. Uma trabalhadora da Charminha se manifesta ao *Voz do Povo* quando deste encontro no Ministério: “vimos apoiar as operárias da Sogantal porque o problema da Charminha e da Naturana é igual ao da Sogantal e se resolverem os delas têm que resolver o nosso. Os patrões aliaram-se e nós estamos aliadas também”¹⁷.

¹⁶ COMBATE, “Mesa-Redonda Sogantal e Charminha. Parte II”, ano I, n.8, 11/10 a 24/10/1974.

¹⁷ A VOZ DO POVO, “Charminha: o nosso problema é o mesmo”, n.5, 03/09/1974.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Centenas de reportagens em jornais de diferentes linhas políticas relataram manifestações de mulheres em fábricas, comércio, serviços, trabalhadoras domésticas. Muitas dessas lutas perduraram os dezenove meses do PREC, ou ainda mais tempo, como foi o caso da Sogantal, que só irá encerrar as instalações em 1976. No setor da produção de pequenas peças, a luta foi marcante na Applied Magnetics, na Standart Eletrica e Signetics, que também confrontaram a ordem vigente do encerramento de fábricas, despedimentos, e encenaram a obrigatoriedade de diversos direitos trabalhistas para as mulheres e, cito estas apenas pela quantidade de material encontrado. O número de levantes, como disse, é na casa das centenas. Ao contrário do que ainda se preza na historiografia portuguesa, a classe operária não é homogênea. Ela é constituída desde o início por diferenças e por similitudes que se esbarram, mas que são importantes de serem elucidadas de forma separada para podermos, por fim, compreender as diferenças entre si. É “caminhando que se faz o caminho” e é provocando e repensando ideias estabelecidas que conseguimos alterar e re-compreender determinantes históricos e, sobre mulheres operárias, seja em Portugal, Brasil e em todo o mundo, ainda é um caminho por se fazer.

Algumas Considerações

Estas lutas abriram caminho para que o lugar da mulher fosse repensado, reconsiderado, colocado em constante mutação no desenvolvimento de uma sociedade capitalista na roupagem da democracia representativa. Busquei com este breve artigo apresentar um problema e demonstrar que o papel da mulher trabalhadora é corrente em todos os períodos históricos, com suas diferentes representações e condicionamentos sociais. Dezenas de outras lutas de trabalhadoras durante o período revolucionário aconteceram e influenciaram o desenvolvimento deste período, ousaram levantar-se, rebelaram-se.

São diversas as conquistas de direitos que as mulheres conseguiram alcançar nos anos que seguiram o 25 de Abril de 1974. Para além da quebra de toda a repressão e os papéis atribuídos pela ditadura, citados anteriormente, as mulheres passaram a integrar todo o espaço social, batalharam para alçar o ensino superior (hoje com maior número de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

graduadas do sexo feminino), direitos de maternidade, legalização de casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, divórcio. Todas as conquistas que representam uma “liberdade” característica de uma sociedade dentro dos moldes capitalistas. Não digo aqui que não são importantes, claro que o são. Mas a contrarrevolução foi mais forte. A continuidade da mão de obra mais barata se mantém, o “beco sem saída” que as leva a prostituição ainda impera. A carne feminina, negra, imigrante, é a mais barata do mercado. Desde os anos 1980 que as ondas migratórias trouxeram milhares de mulheres africanas para o trabalho mais precário e mais secundarizado nos setores de limpeza privada ou urbana, cenário até hoje mantido, sobretudo pela falta de políticas adequadas para a população imigrante. A precariedade advinda das novas roupagens do sistema corroeu muitas das reivindicações porque lutaram a classe operária portuguesa.

Vide o exemplo da Sogantal: após a contrarrevolução, em 25 de novembro de 1975, as direções que o país toma são voltadas para a democracia representativa, para um sistema capitalista globalizado nos anos de 1980 e a busca de entrar nas margens das obrigatoriedades da União Europeia. Uma destas condições foi a negociação de pagamentos indenizatórios à propriedade privada e ao capital estrangeiro. Enquanto milhares de trabalhadores ficaram desempregados e largados à precariedade, capitalistas das multinacionais e latifundiários receberam milhões de indenização. Em 1985, o Grupo Lamont, detentores do capital da Sogantal, receberam uma indenização de 40 milhões de escudos (algo em torno de 350 mil euros hoje), por terem suas instalações ocupadas. Os franceses, bem como todos os outros conglomerados deste gênero, não foram punidos ou rejeitados quando foram obrigados a pagarem um salário mínimo de 3.300 escudos e decidiram fechar as fábricas e lançar milhares ao desemprego. As contradições de classe continuam, se perpetuam, e compreender as nuances desta luta é essencial para se perceber a história contemporânea e a história que temos hoje, e o papel da mulher sempre esteve presente, marcante neste cenário. Derrubou-se a ditadura, mas não o capitalismo. A luta pela equidade de direitos e pelo direito social real ainda é uma constante.

Referências

ARCARY, Valério Arcary. *As Esquinas Perigosas da História: Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista.*

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

São Paulo. Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.

BARRADAS, Ana Barradas. *Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Edições Antígona, 1998.

BELEZA, Teresa Pizarro. Prefácio. In *Mulheres portuguesas: história de vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. PIMENTEL, Irene; MELO, Helena Pereira de. Lisboa: Clube do Leitor, 2015.

CABREIRA, Pamela Peres. A mulher e a revolução em Portugal. *HuManas: Pesquisadoras em Rede*. Disponível em: <https://www.humanasrede.com/post/a-mulher-e-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-em-portugal>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CABREIRA, Pamela Peres. Movimento operário e história social das mulheres: o caso português após a Revolução 25 de Abril de 1974. In: SORDI, Denise De; FÀVERO, Douglas G. (org.). *Experiências e processos sociais: Trabalho e Educação*. São Paulo: Edições Verona, 2021.

CABREIRA, Pamela Peres. Trabalho como resistência: luta operária de mulheres durante o período revolucionário português. In: CABREIRA, Pamela Peres (org.). *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal*. Lisboa: IHC, 2020.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. (v.1, t.2 “Os Economistas”). São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASCARENHAS, José Mário. *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70*. Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

Fontes

A VOZ DO POVO, “Charminha: o nosso problema é o mesmo”, n.5, 03/09/1974.

A VOZ DO TRABALHADOR, “Mesa-Redonda com operárias da Charminha”, n.8., agosto de 1974.

A VOZ DO TRABALHADOR, “Solidariedade com a Naturana em luta”, n.9, setembro de 1974.

ARQUIVO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. “Das Operárias da Charminha à população”. Boletim. Pasta “Lutas Operárias”. Coimbra.

COMBATE, “Mesa-Redonda Sogantal e Charminha. Parte I”, ano I, n.7, 27/09 a 3/10/1974.

COMBATE, “Mesa-Redonda Sogantal e Charminha. Parte II”, ano I, n.8, 11/10 a 24/10/1974.

Entrevista com três ex-operárias da Sogantal (*nomes em sigilo*) cedida à autora em novembro de 2018, Montijo, Portugal.

JORNAL DO CENTRO, “Entrevista com operários da Charminha”, n.61, outubro de 1974.

JORNAL DO CENTRO, “Entrevista com operários da Charminha”, n.61, outubro de 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. Sufrágio feminino e luta de classes. 1912. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1912/05/12.htm?fbclid=IwAR0AZJ8rygAa6Xeu1JYzwsuIXEZ1stsgbfaMSoTom6_D4WMqQZwDYJaD_f0

PORTUGAL, Constituição de 11 de Abril de 1933, artigo 5º.

REVOLUÇÃO, “Charminha: fabricamos e vendemos”. n.9, 26 de junho de 1974.